



Relator da CPI, Magalhães (terceiro à dir.) pode ser indicado para relatar o processo de cassação

Relatório da CPI citará mais de 50 envolvidos

O relatório final da CPI do Orçamento, citará mais de meia centena de personalidades. O relator-geral, deputado Roberto Magalhães (PFL-PE), mencionará todos os relacionados como suspeitos de prática de irregularidades relacionadas ao Orçamento. "Até para inocentar os que foram injustamente envolvidos eu não teria outra forma que não a de citá-los no meu relatório".

Como 28 suspeitos já foram ouvidos e a lista dos novos convocados da CPI tem mais 27 nomes, incluindo os governadores do Distrito Federal, Maranhão e Sergipe, o relatório trará pelo menos 55 pessoas. O formato do parecer final ainda não foi definido pelo relator, mas ele já tem uma certeza: independentemente de for-

mas, cada um dos citados será objeto de uma votação. Por isto mesmo, ele está convencido de que o plenário precisará de mais de 24 horas para aprovar seu relatório.

Roberto Magalhães quer apresentar seu parecer ao plenário da Comissão até o próximo dia 15, para evitar que todo o trabalho se perca pela falta de tempo de votar pontualmente as conclusões. "A zero hora do dia 18 a CPI do Orçamento não existirá mais, pois o prazo fatal termina no dia 17".

Mudanças — Em seu relatório, Roberto Magalhães (PFL-PE) vai propor o fim da Comissão Mista de Orçamento, que se transformaria numa comissão de sistematização e teria seus poderes pulverizados entre as 20 comissões técnicas permanentes do Congresso — 14 na Câmara e seis no Senado. Estas comissões seriam encarregadas de elaborar projetos de orçamento setoriais, a serem consolidados pela nova comissão, que trocaria de nome por causa do comprometimento de sua imagem devido às denúncias de corrupção na elaboração e liberação

dos recursos públicos.

O relatório sugerirá que o regimento das comissões técnicas seja alterado para que elas ganhem funções fiscalizadoras, conjugando a elaboração do Orçamento de um ano com o acompanhamento de sua execução financeira no ano anterior. Com esta mudança, o Orçamento deixaria de ser examinado por um pequeno grupo de parlamentares (hoje 120 deputados e senadores formam a Comissão Mista de Orçamento) para ser discutido por praticamente todos os deputados e senadores, membros de pelo menos uma das comissões permanentes das duas Casas legislativas (apenas os membros das Mesas estão excluídos).

Nestas comissões técnicas seriam ouvidos representantes do Executivo, inclusive ministros de Estado. O projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), a ser enviado pelo Executivo, fixaria as dotações para cada ministério e setor de administração pública federal, reduzindo o poder dos ministros de Estado e outros setores do Executivo.